

OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL NA TRANSIÇÃO POLÍTICA ESPANHOLA

José Martínez de Sousa

(**Jornalista e escritor espanhol**)

Da imprensa espanhola atual, eliminado já o limite do período de transição política, não se pode afirmar que seja filha da imprensa franquista, senão que retoma o fio condutor daquela que floresceu durante a segunda República, traçando um parêntesis de quase 40 anos e ressurgindo como guardião da informação. O célebre Diário **El Sol**, de Madri, tem hoje um digno sucessor em **El País**. Não houve, na imprensa de transição, revanchismo nem demagogia, mas sim responsabilidade do quarto poder, desejoso de formar de novo uma opinião pública bem informada. Não faltam ovelhas negras, porém sem peso específico no conjunto. Talvez o papel desempenhado pelos meios de comunicação espanhóis nesta etapa histórica possa servir de exemplo às jovens democracias hispano-americanas, à sua imprensa e à sua opinião pública.

José Martínez de Sousa reside em Barcelona e é autor dos livros “**Diccionario de Tipografía y del libro** (Editorial Labor, S.A.) e “**Diccionario Internacional de Siglas**” (Ediciones Pirámide S.A.)

Este artigo, escrito especialmente para **Comunicarte**, foi traduzido pelo Prof. J. B. Pinho, do IAC/PUCCAMP.

Antecedentes

Não é fácil entender a importância do papel desempenhado pelos meios de comunicação na transição política espanhola sem conhecer, ao menos ligeiramente, os antecedentes de tão importante etapa histórica. Para isso temos que retroceder ao menos a 14 de abril de 1931, quando, um ano depois do fim da ditadura de Primo de Rivera e com Alfonso XIII embarcando para Cartagena rumo ao exílio, se proclama a segunda República. Centenas de milhares de pessoas se lançam às ruas das grandes cidades para celebrar o acontecimento. O país entrava por um novo caminho, porém a ilusão e a esperança de um futuro melhor eram ainda reflexos de algo por se concretizar. Floresceram em todas as partes as

liberdades que o povo desejava, porém nem todos estavam convencidos de que o que sucedia era o melhor.

A Espanha conheceu uma etapa cultural como talvez nunca havia tido desde o chamado **século de ouro**. Que o confirmem todos os intelectuais — romancistas, poetas, escritores, engenheiros, médicos, filósofos, professores etc. — que somente alguns anos mais tarde haveriam de abandonar o país em uma dramática diáspora, cujos pontos de destino foram México, Argentina, Colômbia, Chile e outras nações hispano-americanas. A imprensa teve um florescimento inusitado. Um jornal como **El Sol**, de Madri, onde colaborava a mais alta intelectualidade da época, ainda hoje é lembrado como um modelo da boa imprensa. Não foi, certamente, um jornal de grande difusão, porém sua qualidade, à altura dos melhores do mundo, não está em discussão. Foram seus colaboradores personalidades do porte de Ortega y Gasset, Unamuno, Azorín, Américo Castro, Salvador de Madariaga, Pérez de Ayala, Negrín, Juan Ramón Jiménez etc.

Um costume daqueles tempos, hoje abandonado por razões óbvias — intelectuais e econômicas — consistia na saudável higiene intelectual da compra diária de dois jornais, um da própria tendência do leitor e outro da tendência contrária. É evidente que isto permitia fazer uma composição de lugar mais exata, restando de cada um deles aqueles matizes que a subjetividade fazia nascer na redação de notícias e comentários.

Entretanto, o período da segunda República não foi, apesar de tudo, um jardim de maravilhas. Os problemas de uma Espanha secularmente dividida em duas (“uma das duas Espanhas há de te gelar o coração”, dizia Antonio Machado), pesariam demasiado no barquinho republicano, constantemente torpedeado de dentro e de fora do Governo, a todo instante.

Em razão de causas históricas que podem parecer difíceis de analisar, porém que estão intuitivamente na mente dos espanhóis (tanto dos que a viveram quanto daqueles que não conheceram a tremenda guerra fratricida), as dificuldades do país chegaram a seu máximo quando um punhado de generais se rebelou contra o governo legítimo. O dia 18 de julho de 1936 é uma data que se tem de assinalar com uma pedra negra nos anais da história moderna da Espanha. Quase três anos de escaramuças no que se considerou a guerra civil mais terrível e sangrenta que o mundo jamais conheceu, deram lugar a um parêntesis obscuro e profundo que se abriu a 19 de abril de 1939 e se encerraria, já lânguido e exausto, no dia 20 de novembro de 1975. Um túnel de quase quarenta anos é uma prova de resistência de um povo. É impossível explicar-se como se pode suportar, se não se leva em conta que o espanhol é uma estranha mistura de guerreiro e místico.

Durante os quase quarenta anos da etapa franquista a imprensa só soube gritar — grandes e negros títulos, palavras grandiloqüentes, frases ribombantes cunhadas nos órgãos ministeriais, incendiários que não dispunham de maiores méritos para o progresso — a imprensa, repito, só soube gritar, porém nunca convencer. Comprar e ler o jornal era só exercício de uma ação que tinha de se manter, para não se perder um costume. Dava no mesmo comprar um jornal ou outro, aqui ou ali. Os editoriais eram comuns para os mais de quarenta jornais que se faziam de porta-vozes do regime. Pareceu que Fraga Iribarne, com a célebre Lei de Imprensa de 1966, finalmente conhecida como lei Fraga, ia jogar um pouco de luz sobre aqueles papéis ineficazes e desprezíveis; era o que parecia, porém resultou em um fiasco: o fatídico artigo 2º, pelo qual todas as liberdades ficavam ao arbítrio do governo, significou o fim de algo que todavia havia nascido morto. A autocensura — e não nos referimos à censura, por haver desaparecido a figura da censura prévia — fez estragos entre os próprios jornalistas. Escrever era um martírio, um mar de dúvidas. A tinta vermelha seguia correndo igual a antes, só que agora manejada da própria redação. A situação pode-se exemplificar através de uma piada que nos anos sessenta correu o país. Enquanto um chefe do regime enumerava suas realizações — um pântano nesta localidade, uma estrada de rodagem em outra, residências aqui, serviços públicos lá — um dos ouvintes balançava a cabeça negativamente, com um gesto desaprovador. Terminada a exposição, o representante do regime perguntou-lhe a causa daquele movimento negativo. “Muito fácil — respondeu o homem — sou viajante e não tenho visto nada do que o senhor conta”. E o outro respondeu: “Pois então viaje menos e leia mais os jornais”.

Aquela imprensa teve, apesar de tudo, alguns bons profissionais, em muitos casos procedentes da escola de jornalismo de **El Debate**, diário daquele que seria depois o Cardeal Herrera Oria. Porém os textos, se algumas vezes belos, eram vazios por razões que lhes escapavam. Tudo o que se referia ao regime — quer dizer, todo o político — era intocável, a não ser para enaltecê-lo, ainda que com sofismas. Boa prova disso teve o jornal **Madrid** em 1971, quando, por publicar um artigo sobre De Gaulle — que facilmente podia ser aplicado a Franco, pois fazia referência ao retiro do general Francês — foi perseguido e fechado na pouco brilhante gestão de Sánchez Bella, que havia sucedido a Fraga Iribarne à frente do agora extinto Ministério de Informação e Turismo. Os arquivos onde se guardavam as ordens e instruções emanadas da Administração estavam cheios de ofícios procedentes de todas as repartições oficiais. Não faltavam as inspirações de todo o tipo, porém sobretudo as telefônicas, e inclusive as pessoais. Parecer um bom profissional em tais condições é quase como ser um bom demagogo, se entendermos o jornalismo não tanto como emissor dos fatos acontecidos mas como eco e caixa de ressonância da opinião pública.

A transição política

O general Franco morre na cama, depois de uma prolongada agonia artificialmente mantida durante dois meses, a 20 de novembro de 1975. Ouve-se na maior parte do país um grande e interminável suspiro. Tudo ficou amarrado e fortemente amarrado, segundo frase do general, porém não tão fortemente que não permitisse ir havendo, pouco a pouco, uma entrada de ar fresco nos combalidos pulmões dos espanhóis. Juan Carlos I é proclamado rei da Espanha pelas Cortes franquistas, e estas vão a seguir tratando de legislar, apesar dos quatro cantos do país pedirem uma mudança. Isto começa a se ver quando o rei nomeia presidente do governo a um jovem, ambicioso e hábil político, de nome Adolfo Suárez. Com extrema perícia ele desmonta as Cortes franquistas e se formam umas Cortes constituintes, cuja missão é redigir uma Constituição. Aprovada por referendo em 1978, nela se contemplam todas as liberdades que durante quarenta anos haviam sido seqüestradas. O povo espanhol se sente novamente dono de seu destino, e a imprensa ocupa seu lugar na análise e na crítica da ação política.

Em 1976, debaixo de muitas dúvidas por parte da Administração — talvez depois de ganhar pequenas batalhas, trincheira a trincheira — é autorizada a aparição de um novo diário; seu cabeçalho dizia somente **El País**, e no sub-título, "Diário independente da Manhã". Não passou muito tempo para converter-se não só no melhor jornal espanhol, mas em um dos melhores do mundo. Um jornal que poderia, sem dúvida, se classificar — já se sabe que não por todos e menos ainda pelos demais jornais — de ético e estético. Tecnicamente bem realizado, — o melhor realizado, certamente — sua linha editorial é clara, e, às vezes, contundente. Independente na medida em que pode sê-lo um periódico no qual há por trás um conselho de administração e uma série de acionistas. Porém, sem dúvida, mais do que aqueles outros que se comprometeram por razões políticas, religiosas e outras. **El País** é — e isto resulta óbvio — um periódico impossível no antigo regime, pois teria seguido a mesma sorte do jornal **Madrid**.

A imprensa de transição na Espanha é uma imprensa responsável, sabedora dos perigos que espreitavam as liberdades recém-conquistadas. Não foi revanchista. Não colocou a ninguém no pelourinho. Apagou com um borrão as atitudes dos antigos políticos, causadores de muitos dos males que o país havia sofrido. Salvo extremismos sempre suportáveis dentro de certos limites — **El Alcázar**, por exemplo — a imprensa espanhola soube assumir seu papel histórico em um momento em que a opinião pública necessitava ser orientada e informada com clareza, porém sem paixões.

Todos os meios de comunicação social — o rádio, que havia alcançado grande vitalidade e inclusive a televisão, embora fosse oficial — tiveram sua prova de fogo no dia 23 de fevereiro de 1981, quando o então tenente-coronel Tejero ocupou a Câmara dos Deputados de arma na mão. Enquanto os representantes da pátria eram humilhados no recinto e se sentiam impotentes, a imprensa saía às ruas a gritar liberdade. **El País** mesmo, entre outros, tirou uma edição extra com um editorial contrário ao golpismo e favorável à democracia, enquanto se desenrolavam os acontecimentos, quando ainda se esperava, por suposição, que a autoridade militar tomasse a seu cargo o governo. Foi uma atitude suicida. Aquela que o povo podia esperar de uma imprensa com um nova mentalidade. O rádio, por sua parte, se plantou nas ruas com seus equipamentos móveis e manteve os ouvintes informados no decorrer de toda aquela interminável noite — a noite mais longa dos últimos tempos — de tudo o que acontecia nas imediações da Câmara. E também a televisão assumiu o papel histórico que lhe correspondia: não só transmitiu a ação dos ocupantes, como deixou uma câmara sem desligar para que, por si, fosse registrando o que sucedia. Inclusive merece menção especial o fotógrafo — depois premiado — que em tais condições conseguiu fotografar a Tejero (uma fotografia que daria a volta ao mundo), e tirá-la do palácio com certo risco para sua integridade física. É a imaginação posta a serviço da liberdade de informação por parte de seus profissionais e dos veículos.

Por tudo isto, creio que o papel desempenhado pelos meios de comunicação social durante a transição política espanhola merece figurar nos anais da história do jornalismo mundial. Talvez se trate de um exemplo digno de ser imitado.